

CUIDADO DE SI, TRANSMISSÃO DO CUIDADO E CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADE NO CÁRCERE FEMININO

Palavras-Chave: Mulheres, Penitenciária, Cuidado de Si, Comunidade, Abandono

Autoras:

Juliana Moreira Modesto Silva [FCM]

Prof^a Dr^a Silvia Maria Santiago (orientadora) [FCM]

INTRODUÇÃO:

O encarceramento feminino no Brasil cresceu 664% de 2000 a 2019. A pandemia causada pelo SARS-CoV-2, no entanto, impactou os dados mais recentes, em que se percebeu queda expressiva e súbita da taxa de aprisionamento de 2019 para 2020 sendo que esta seguia numa crescente desde os anos 1990. Todavia, na primeira metade de 2021, a população carcerária feminina era de cerca de 30,41 mil mulheres, números já crescentes em relação a 2020.¹

Na Penitenciária Feminina de Campinas, encontra-se um perfil de mulheres jovens (87% entre 18 e 45 anos), mães (67%), detidas por crimes de menor periculosidade (61% da categoria “drogas”, 30% “contra o patrimônio” e menos de 5% de crimes “contra a pessoa”).² A maior parte das mulheres inseridas na estrutura do tráfico de drogas ocupam postos subalternos, podendo ser facilmente substituídas, parte delas aliciadas ou mesmo fazendo favores para seus maridos e filhos.³

Apesar de as mulheres corresponderem a apenas cerca de 5% da população prisional brasileira, atingindo quase 9% na cidade de Campinas, o encarceramento feminino é um fator de grande impacto no aumento do risco psicossocial e econômico das famílias monoparentais femininas, dado que grande parte dessas mulheres, antes do cárcere, eram as responsáveis pelo sustento familiar, manutenção da casa e criação dos filhos. Além disso, o súbito distanciamento acaba por fragilizar o vínculo materno e altera completamente a estrutura familiar, não apenas a maternidade fica impactada, mas outros vínculos com familiares e parcerias.⁴

O maior abandono pós cárcere de mulheres é uma condição multifatorial, associada inclusive à menor quantidade de unidades prisionais femininas e conseqüente maior distância das cidades de origem dessas mulheres, mas o fator de discriminação associado ao papel de gênero é o mais marcado na maioria dos estudos analisados.⁵ Uma das conseqüências de um sistema carcerário pensado para os homens é a negligência das especificidades dos indivíduos “não-homens”.

Isto posto, este estudo se coloca como parte da pesquisa de doutorado “Feminino: entre o governo de si e o governo dos outros”, que encontrou a questão da religião e espiritualidade como práticas de cuidado de si comumente adotadas e transmitidas geracionalmente entre mulheres. A tese desenvolve a ideia Foucaultiana do “cuidado de si”. O conceito Foucaultiano coloca o cuidado de si como ocupação consigo mesmo, possível a partir de uma situação estatutária de poder, “vai ser considerado, portanto, como o momento do primeiro despertar.” (Foucault, 2006, p.11)⁶

Por fim, no período de revisão bibliográfica deste projeto, a população alvo passou por drásticas mudanças diante da reestruturação do sistema carcerário feminino do estado de São Paulo. Desse modo, as

detentas previamente entrevistadas pelas pesquisadoras do projeto de tese foram realocadas da Penitenciária Feminina de Campinas para outras penitenciárias do interior do estado, dando lugar a um novo grupo de reeducandas. Essas mudanças, no entanto, apesar de inesperadas, trouxeram novas possibilidades para o estudo, que objetivou compreender os elementos afetivos de construção do cuidado de si e a relação desse processo com a situação atual dessas mulheres.

METODOLOGIA:

Análise de narrativa de grupo operativo com 10 mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina de Campinas. O instrumento de escolha foi o diário de campo, que se mostrou o mais compatível com os objetivos no contexto, em que são narrados dois encontros que aconteceram nos dias 10 e 17 de agosto de 2021.

Participaram do estudo reeducandas selecionadas pelo diretor de segurança da penitenciária, na época, após explicação detalhada sobre os objetivos da pesquisa. Preconizou-se entrevistar lideranças na penitenciária que não fossem por poder ou força opressora, mas por autoridade ética, afetiva e de cuidado. A equipe foi muito perspicaz diante das demandas das pesquisadoras e o nível da conversa evidencia a assertividade na escolha.

Foi realizada então, uma entrevista presencial, com devida paramentação para a prevenção da contaminação por Covid-19, em grupo com as mulheres indicadas pela instituição que melhor se encaixavam nos critérios subjetivos de inclusão e que, cientes de não haver prejuízo em negar, concordaram em participar do estudo e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Os critérios de exclusão foram a recusa ou impossibilidade de participar do encontro e/ou assinar o TCLE.

Os encontros em grupo narrados antecederam as entrevistas e prepararam para elas na pesquisa “Feminino: entre o governo de si e o governo dos outros”. Questões centrais do roteiro de entrevista estruturada construído para as entrevistas individuais foram utilizadas para fomentar a discussão em grupo. A Dra. Silvia Santiago, orientadora da pesquisa, realiza um trabalho de assistência médica na Penitenciária há 15 anos, sendo conhecida tanto pelas detentas como pelo corpo de funcionários. Em vista disso, recebeu o papel de mediar a conversa em grupo e produziu o diário de campo que documentou os encontros. Além dela e das mulheres entrevistadas, estavam na sala: o diretor de segurança e uma agente penitenciária, que não interagiram durante a conversa. O projeto de pesquisa teve aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa sob o número CAAE: 11741719.3.0000.5404.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLHIDAS E DISCUSSÃO:

Os encontros em grupo foram para sensibilizar para o tema. No entanto, todo grupo tem um aspecto de terapêutico e as mulheres num ambiente que foi se tornando protegido e seguro foram se colocando em relação ao tema e em relação às suas vidas.

“O projeto de pesquisa quis se relacionar com a complexidade e potência dessas mulheres. Apostou nisso e a hipótese estava correta. Há muita sensibilidade, inteligência e potência de vida nas penitenciárias e, nem sempre, ou raramente, o sistema se relaciona com este aspecto, reforçando os talentos e criando outros que possam servir para criar novas possibilidades de vida futura”, narra a pesquisadora.

A presença do supervisor e da agente penitenciária, a própria autora nota: “foram inicialmente um fator de inibição”, enquanto representantes do silenciamento e invisibilidade da mulher dentro do sistema prisional brasileiro. “O papel deles, em geral, é a garantia de que elas não terão a palavra”. O poder é um fator estruturante das sociedades e, conforme abordado anteriormente, dentro das instituições ele se fundamenta na disciplina,

implicando a adaptação compulsória aos modos considerados adequados de organização da vida e a punição aos inadaptados.⁷

Entretanto, a circulação da palavra para as apresentações individuais foi suficiente para romper com o desconforto inicial. “As reeducandas estenderam a apresentação para além do nome e idade, falando um pouco delas já nesse momento” e dessa forma já reafirmaram sua presença naquele espaço.

A autora coloca que a discussão sobre a seleção das mulheres entrevistadas foi o real disparador das conversas, conforme a autora explicou que o desejo era por “uma liderança pelo respeito, pelas ideias, pela ajuda às outras, pelo carinho e respeito às outras e todas as mulheres”. Esse tema foi muito especial na discussão sobre violência. O que a autora considerou liderança e buscou triar o contato foi uma ideia diferente do significado que teria na penitenciária, que além da disciplina rígida da instituição é marcada por uma disciplina interna entre as mulheres, códigos de conduta muito restritivos, garantidos a partir de constrangimentos, inclusive físicos. Há brigas e restrições quando descumpridas as regras internas do grupo. A penitenciária é colocada como um lugar sem freio, apesar de tanta disciplina, nas relações entre elas, tudo pode. Inclusive a agressividade.

A ideia de uma liderança pelas ideias e pelo afeto foi entendida como uma valorização da postura delas na penitenciária. Este fato, na verdade, revela algo sobre a segurança da instituição e a sensibilidade para essas lideranças, apontando para uma possibilidade de trabalho com o setor pela universidade. Abrem-se possibilidades para outras formas de lidar com autoridade e disciplina. Essa valorização inesperada pareceu significativa, uma fuga do estigma colocado sobre a figura feminina ideal que marca negativamente mulheres associadas a comportamentos desviantes que as colocaram no cárcere, indo estes de encontro ao seu “papel natural” de boa esposa e mãe, de forma que o esquecimento e apagamento são regra.⁸

Dentro da fundamentação colocada pelo vídeo, foi levantada a “dificuldade de garantir o cuidado de si, diante da sobrecarga e necessidade de cuidado do outro”. O cuidado do outro como uma tarefa sufocante da mulher. A maioria delas era, ou é chefe da família.

Dessa forma, a autora tentou direcionar a reflexão para entender como a ideia de cuidado lhes foi apresentada e construída com elas. “A maioria das mulheres identificou uma figura familiar como importante no ensinamento sobre o cuidado de si, especialmente do corpo, mas também da religiosidade, do como agir em sociedade, dos perigos e armadilhas da vida”. Neste período, percebe-se que as mulheres compreenderam que o cuidado de si tem implicações políticas e de como ser e estar no mundo, uma consciência sobre si, que não compartilha o significado com o conceito de autocuidado.

As mulheres compreendiam a questão do cuidado de si como um fortalecimento interior que permitiria a construção do futuro. No entanto, no desenrolar da narrativa, nota-se que elas pareciam bastante cientes de que o cárcere era uma marca social difícil de ser apagada.

Nos relatos das participantes do grupo, parece haver pouca consciência das mulheres sobre a determinação social de sua condição de carência na vida que precedeu o cárcere. O conceito de determinação social coloca as diferenças e desigualdades (gênero e etnicidade; religião e comunidade; ocupação, educação, renda e poder) operantes nas dimensões micro e macrosocial e simbólico-cultural como fatores-chave em diversos desfechos.⁹ Entre os desfechos desfavoráveis mais relacionados a essa determinação está o adoecimento, mas pode ser associado ao consumo problemático de substâncias psicoativas e mesmo à criminalidade. Relativiza-se a

autonomia mesmo das vontades humanas, nas palavras de Alaôr Alves “a própria ação humana pressupõe um mundo real determinado por causas, naturais e sociais, cujos limites jamais podem ser rompidos de frente”.¹⁰ Coletivamente as mulheres admitiram que a verdade nos dias de hoje é inalcançável e que se vive mais em estado de não verdade.

A autora coloca que “a maioria [das mulheres] se acha corajosa, pois já enfrentaram situações difíceis e situações limite, às vezes até a própria vida esteve sob risco. Mas, o estar diante de si, a coragem da verdade para si, não é tema frequente a elas”, e na própria narrativa constrói a reflexão: “O tema da coragem pode [...] ser um tema do resgate dessas mulheres para o cuidado de si”. A vida na penitenciária não favorece a reflexão, a coragem é necessária para buscar a verdade sobre si nesse contexto de dor e violências.

No segundo encontro, "As mulheres pareciam aquecidas", assim a autora começa. O grupo inicial parece ter catalisado a possibilidade de conversar e cotejar a verdade de si. “Toda nossa revolta trazemos para cá”, a autora narra as palavras de uma das mulheres. A partir daí, essa questão da dificuldade de construir comunidade e solidariedade dentro do sistema prisional tornou-se a temática central da conversa. Desenvolver esse tema pode ter sido, inicialmente, desconfortável a elas, talvez tenham estranhado. Não é habitual formar comunidade num meio tão hostil, muitas, na verdade, são as dificuldades para fazê-lo.

“Constituir 'comunidade' exige tanto a conscientização de uma causa, como também a abertura para uma permeabilidade pelo outro, a construção de vínculos, o que no contexto penitenciário, mostra-se dificultoso”. Neste momento, a autora aborda algumas razões extraídas, especialmente, das discussões nas oficinas de preparação em grupo. A maioria das detentas não tinha vida comunitária prévia ou participação em causas coletivas. Há que se pensar, também, que o agir comunitário tem sido desincentivado na sociedade atual. A ênfase tem sido o desenvolvimento individual, as individualidades e não as ações comunitárias e de ajuda mútua.

Além disso, existem as limitações do ambiente na penitenciária. Neste momento, as diferenças entre as mulheres foram colocadas como dificultadores: “hábitos, educação, escolaridade e a dificuldade em superar essas diferenças, pois apareciam no convívio diário concreto, como a organização e cuidado com os espaços comuns”.

Para mais, a drogadição surgiu como um agravador ainda maior dessas dificuldades arraigadas. As mulheres em abstinência do uso de drogas seriam dificultadoras da vida comunitária na carceragem. “É como se a droga impedisse outros laços sociais, outras conjecturas, que possam fugir ao próprio contexto do uso, portanto, proporcionalmente aprisionador do sujeito. O laço que se faz com a droga se sobrepõe a outras inserções na comunidade”.

“Contaram que essas mulheres causam o caos no ambiente e as brigas ficam mais frequentes e há muita dificuldade nas relações”. Observa-se, neste ponto, que a adição não só é limitante individualmente como também prejudica a construção do coletivo. Provavelmente a vida mais comunitária e colaborativa e solidária na penitenciária depende de uma ação amalgamadora e intencional que elas não haviam sido expostas até aqueles dias da pesquisa. Como esses espaços para o livre pensar e expressão em grupo, que podem ser a semente de ações grupais e comunitárias.

A questão sobre filhos e família também foi trazida à pauta. Esse tema se mostrou nitidamente penoso, causando muita angústia nas mulheres. O abandono, no cárcere feminino, é sentido como uma via dupla. Grande parte das mulheres encarceradas sofre com o abandono afetivo da família e parcerias por razões diversas: o

constrangimento associado à repressão social sobretudo relacionada ao gênero, as revistas vexatórias às quais os familiares têm de se submeter e muito comuns são situações de limitação financeira para grandes deslocamentos, dado o menor número de presídios femininos no Brasil.¹¹ Este último fator pôde ser observado na própria Penitenciária de realização deste estudo, em que essas mesmas detentas foram posteriormente realocadas para outras penitenciárias do interior do estado, dando lugar a um novo grupo de reeducandas.

A segunda via de abandono seria relacionada à maternidade encarcerada. Essas dificuldades na visitação impactam também na manutenção do vínculo com os filhos, assim como a falta de controle sobre seus cuidadores, principalmente quando famílias monoparentais, e mesmo a idade das crianças pode ser um dificultador para as visitas.

Há muito no que se avançar para que o significado do encarceramento no país, especialmente de mulheres, se transforme. Claro que o mais sensato seria que a política de encarceramento em massa fosse interrompida e que toda a atenção às populações mais vulneráveis fosse dada a partir de políticas públicas que evitassem o encarceramento. No entanto, a essa população carente e encarcerada, muito mais pode ser feito ao longo do período de encarceramento. A experiência na penitenciária feminina tem mostrado nesses anos de contato o desperdício de vidas e o comprometimento de outras, dependentes destas que se encontram encarceradas. Uma reprodução sem fim de uma tragédia social.

BIBLIOGRAFIA

- [1] BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**, janeiro a junho de 2021.
- [2] BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**, junho a dezembro de 2019.
- [3] BOITEUX, Luciana. **Mujeres y encarcelamiento por delitos de drogas**. Colectivo de Estudios Drogas y Derecho - CEDD. 2015.
- [4] DIUANA, V., Corrêa, M.C.D.V., Ventura, M. **Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade**. Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. 2017, v. 27, n. 03, pp. 727-747.
- [5] BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Mulheres, 2ª edição. 2018.
- [6] FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2º. ed. Livraria Martins Fontes Editora LTda., 2006. 661 p.
- [7] BERTH, Joice. **Empoderamento / Joice Berth**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 184 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).
- [8] MACHADO, Janaise Renate. **O “Ser Mulher” no Sistema Prisional**. UFSC. Florianópolis, 2017.
- [9] NOGUEIRA, Roberto Passos (Organizador). **Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária**. Coleção Pensar em Saúde. Rio de Janeiro: Cebes, 2010. 200p.
- [10] GOUVEIA, Dalila Pontes Monteiro. Amorim, Rita da Cruz. **Práticas de Cuidado de Si de Mulheres: Revisão Integrativa**. UEFS, 2020.
- [11] SANTOS, Marcela Magda. **O Abandono Familiar das Mulheres em Decorrente do Encarceramento Feminino**. Associação Caruaruense de Ensino Superior - Centro Universitário Tabosa de Almeida. Caruaru 2020.